

como “Lan Houses”, “Cybercafé”, “Cyber Offices” e estabelecimentos congêneres.

Art. 2º. As empresas referidas no artigo 1.º desta Lei, deverão:

I - estar inscritas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

II - obter a respectiva licença de funcionamento, atendendo às disposições da legislação pertinente.

§ 1º. Os estabelecimentos de que trata esta Lei ficam obrigados a criar e manter cadastros atualizados de seus usuários, contendo:

- a) nome completo;
- b) data de nascimento;
- c) endereço completo;
- d) telefone;
- e) número do documento de identidade;
- f) nome do pai, mãe e/ou responsável, para menores de 18 anos.

§ 2º. No ato do cadastro, o atendente ou representante do estabelecimento comercial, deve exigir a apresentação do documento de identidade do usuário.

§ 3º. As informações e o registro previstos neste artigo deverão ser mantidos por, no mínimo 60 (sessenta) meses.

§ 4º. Os dados poderão ser armazenados em meio eletrônico - o back up do próprio sistema que controla a data, o tempo, a frequência dos usuários por máquina e IP.

§ 5º. O fornecimento dos dados cadastrais e demais informações de que trata este artigo, só poderá ser feita mediante ordem ou autorização judicial.

Art. 3º. Não será permitida a venda de cigarros ou bebidas alcoólicas nos estabelecimentos referidos nesta Lei.

Art. 4º. Manter em local visível e de fácil acesso, lista de todos os serviços e jogos disponíveis no estabelecimento, com breve resumo e classificação etária conforme recomendação do Ministério da Justiça.

Art. 5º. As empresas referidas no artigo 1.º desta Lei não podem, em nenhuma hipótese, explorar jogos de azar ou que envolvam valores ou prêmios, sendo, entretanto, permitida a realização de campeonatos em que as premiações, em espécie ou produtos, sejam distribuídas pelo critério de classificação dos clientes, e não de rateio.

Art. 6º. Todos os usuários menores de 18 anos deverão ter autorização dos pais ou responsável legal para permanecer no estabelecimento.

Art. 7º. O estabelecimento deverá manter uma placa indicativa na recepção com os seguintes termos:

- Proibida a permanência de menores de 12 anos após as 20:00 horas.
- Proibida a permanência de menores de 18 anos após as 23:00 horas.
- Após as 23:00 horas, todos os menores de 18 anos, para permanecerem no estabelecimento, dependerão de autorização específica dos pais ou responsável legal (modelo na recepção).

§ 1º. No caso do estabelecimento promover festa de aniversário de um usuário menor, o pai ou a mãe do aniversariante ficará responsável por todos os convidados.

Art. 8º. O descumprimento dos dispositivos desta Lei acarretará a imposição de penalidades e cassação da licença de funcionamento; constatada a prática de nova infração, configura-se a reincidência nos termos definidos no parágrafo deste artigo.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, a prática de nova infração dentro de período inferior a 30 (trinta) dias.

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, especialmente quanto à atribuição de competência para fiscalizar a permanência de crianças e adolescentes nos estabelecimentos referidos nesta Lei, bem como indicar órgão competente para imposição das penalidades a que se refere o artigo 8º.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Ponta Porã – MS, 04 de julho de 2006.

Flávio Kayatt
Prefeito Municipal

Lei nº 3487, 04 de julho de 2006.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Sociedade Amigos do Bairro Reno.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a Sociedade Amigos do Bairro Renô, com sede e foro no Município de Ponta Porã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Porã – MS, 04 de julho de 2006.

Flávio Kayatt
Prefeito Municipal



Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã

Criado pela Lei Complementar Nº 15 de 02/07/2004
Órgão Oficial destinado à publicação dos atos dos poderes
Executivo e Legislativo do Município de Ponta Porã

PODER EXECUTIVO

Prefeito: Flávio Kayatt

PODER LEGISLATIVO

Presidente: Veimar Souza Marques

Sede: Rua Guia Lopes, 663, centro, Ponta Porã – MS

CEP – 79900-000 – Telefone 67-3431-1223